



# DRS

DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL  
SUSTENTÁVEL

Caderno DRS | 10:

## Povos Indígenas e Quilombolas no Espírito Santo

Maio/2023



INSTITUTO FEDERAL  
Espírito Santo

FAPES  
FUNDAÇÃO DE AMPLIAR E FORTALECER A INOVAÇÃO EM ESPÍRITO SANTO

#ijsn45anos  
Instituto Jones  
dos Santos Neves 45  
IJSN

GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

José Renato Casagrande

**VICE-GOVERNADORIA**

Ricardo de Rezende Ferraço

**SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP**

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

**INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN**

Diretor Presidente

Pablo Silva Lira

Diretoria de Estudos e Pesquisas

Pablo Medeiros Jabor

Diretoria de Integração e Projetos Especiais

Antonio Ricardo Freislebem da Rocha

Diretoria de Gestão Administrativa

Katia Cesconeto de Paula

Coordenação Geral

Latussa Laranja Monteiro

Elaboração

Cynthia Lopes Pessoa de Miranda

Revisão

Letícia Tabachi Silva

Latussa Laranja Monteiro

Colaboração

William Joubert Ramos de Almeida

Bibliotecária

Rosana Mariano Chagas

**Instituto Jones dos Santos Neves**

Povos Indígenas e Quilombolas no Espírito Santo  
Vitória, ES, 2023. 47 p.; il. tab. (Caderno DRS | 10)

1. Indígenas. 2. Quilombolas. 3. Desenvolvimento Regional. 4.  
Espírito Santo (Estado).

I. Miranda, Cynthia Lopes Pessoa de. II Título

As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do (os) autor (es), não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou da Secretária de Estado de Economia e Planejamento do governo do Estado do Espírito Santo.

# Sumário

Apresentação .....	5
1. Introdução .....	6
2. Informações sobre os Povos Indígenas .....	8
2.1. Base de Informações 2019 .....	8
2.1.1. Estimativa de Localidades Indígenas .....	8
2.1.2. Cadastro de Localidades Indígenas .....	10
2.1.3. Estimativa de Domicílios Ocupados .....	11
2.1.4. População Indígena por Município .....	11
2.1.5. Informações Demográficas por Terras Indígenas .....	16
2.2. Censo Demográfico 2010/IBGE .....	19
2.2.1. População e Domicílios em Terras Indígenas .....	19
2.2.2. Saneamento em Terras Indígenas .....	23
2.2.3. Energia Elétrica em Terras Indígenas .....	32
2.2.4. Rendimento Domiciliar em Terras Indígenas .....	34
3. Informações sobre os Povos Quilombolas .....	36
3.1. Localidades Quilombolas – Base 2019/IBGE .....	36
3.1.1. Estimativa de Localidades Quilombolas .....	36
3.1.2. Cadastro de Localidades Quilombolas .....	39
3.2. Comunidades Quilombolas Certificadas – Fundação Cultural Palmares (FCP) .....	43
4. Considerações Finais .....	45
Referências Bibliográficas .....	47

## Apresentação

Esta Nota Técnica apresenta informações sobre os povos indígenas e quilombolas no Espírito Santo, em sua maior parte referente a dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em duas bases de informações geográficas e estatísticas: Censo Demográfico 2010, que disponibiliza apenas informações sobre os indígenas; e “Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento da Covid-19” (2019). Esta última, recentemente divulgada, traz algumas informações atualizadas, como localidades indígenas e quilombolas. As informações sobre os quilombolas têm como base ainda dados disponibilizados pela Fundação Cultural Palmares.

Tem como objetivo principal ampliar o conhecimento a respeito dos povos indígenas e quilombolas presentes no território capixaba. Além de contribuir com estudos e pesquisas em curso no Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) que integram o Projeto “Desenvolvimento Regional Sustentável”, busca-se subsidiar o governo do estado do Espírito Santo, bem como organizações em geral, com informações estratégicas sobre esses povos, tendo em vista o momento atual e a perspectiva pós pandemia.

## 1. Introdução

Recentemente, na esteira dos problemas gerados pela pandemia do novo *Coronavírus* e da necessidade de informações estratégicas para subsidiar planos e ações governamentais e de organizações da sociedade civil em geral, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponibilizou a “Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para o enfrentamento à Covid-19”.

Uma parte dos dados que integram esta Base refere-se a uma antecipação na divulgação de informações em consolidação para o próximo Censo Demográfico; e a outra compreende dados existentes, que integram o Censo 2010. No primeiro caso, trata-se, em sua maior parte, de dados de localidades indígenas e quilombolas, e, com maior detalhamento, de terras indígenas. Os dados demográficos sobre os indígenas nos estados e municípios apenas replicam informações coletadas no último Censo.

A proposta deste produto de divulgação é disponibilizar antecipadamente os dados de localidades da Base Territorial Censitária do IBGE, que encontra-se em consolidação para o Censo Demográfico 2020, cuja coleta foi adiada para o ano de 2021. Além disso, foram disponibilizados também dados provenientes do Censo Demográfico 2010 sobre a população indígena e sobre a população residente em Terras Indígenas. Esses dados, reunidos em bancos de dados georreferenciados, tem como objetivo subsidiar o desenvolvimento de políticas e ações específicas, planos e logística para enfrentar a Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, junto aos indígenas e quilombolas (IBGE, 2020).

A Base 2019 disponibiliza para os quilombolas apenas informações referentes a localidades: Cadastro de Localidades Quilombolas e Estimativa de Localidades Quilombolas (ELOC\_QUIL), sendo que apenas no último caso foram disponibilizados dados em *shapefile*. Cabe ressaltar que no próximo Censo Demográfico, adiado para 2021, serão disponibilizadas pela primeira vez informações sobre os povos quilombolas. Portanto, há uma carência de dados oficiais sobre os quilombolas, tanto quantitativos quanto qualitativos. A análise sobre os quilombolas foi complementada com informações sobre comunidades certificadas, disponibilizadas pela Fundação Cultural Palmares – FCP, e que são atualizadas mensalmente.

Esta Nota Técnica apresenta duas seções principais. A seção 2 refere-se apenas aos povos indígenas, contemplando informações disponibilizadas na Base 2019 (seção 2.1.), mesmo aquelas que se referem ao Censo 2010; e informações do Censo Demográfico 2010 (seção 2.2.), com foco em indicadores de saneamento, energia elétrica e rendimento domiciliar por terra indígena existente no Espírito Santo. Cabe ressaltar que algumas informações do “Censo 2010 – Características dos Indígenas” são disponibilizadas apenas para o recorte territorial Brasil (BR) e Grande Região (GR). A seção 3 trata dos povos quilombolas, com informações da Base 2019 (seção 3.1.) e da Fundação Cultural Palmares (seção 3.2).

Tendo em vista as informações analisadas no documento, convém conceituar alguns termos utilizados. É considerada indígena a pessoa, residente ou não em terras indígenas, que se declarou indígena na investigação sobre cor ou raça; ou a pessoa, residente em terras indígenas, que não se declarou indígena na investigação sobre cor ou raça, mas se considerava indígena, de acordo com as suas tradições, costumes, cultura, antepassados etc. (IBGE, 2020).

No Censo 2010, todas as pessoas declaradas indígenas tiveram a oportunidade de declarar ainda sua etnia e as línguas indígenas faladas nos domicílios em que residiam, perguntas que se mantém no questionário do Censo Demográfico 2020, adiado para 2021. No planejamento do Censo 2020, foi inserida em suas etapas de testes a investigação de pertencimento étnico-racial da população quilombola, domiciliada em áreas pré-cadastradas pelo IBGE, através de uma pergunta: “se considera quilombola?”. Essa pergunta permitirá ao IBGE fornecer estatísticas oficiais sobre os quilombolas a partir do próximo Censo. (IBGE, 2020)

As categorias de localidade<sup>1</sup> indígena são: terra indígena oficialmente delimitada e definida em setores censitários; agrupamento indígena definido em setores censitários; e localidades indígenas não definidas em setores censitários.

Segundo o IBGE, as Terras Indígenas são aquelas tradicionalmente ocupadas pelos índios em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições; também são consideradas terras indígenas as áreas reservadas destinadas à posse e ocupação pelos índios (reservas, parques e colônias agrícolas indígenas) e aquelas de domínio das comunidades indígenas, nos termos do artigo 231º da Constituição da República, da Lei n. 6.001, de 1973 – Estatuto do Índio e do Decreto n. 1.775, de 1996 (IBGE, 2020). Cabe destacar que o órgão responsável pela demarcação das Terras Indígenas no Brasil é a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Considera-se agrupamento indígena o conjunto de 15 ou mais indivíduos indígenas em uma ou mais moradias contíguas espacialmente, que estabelecem vínculos familiares ou comunitários. Esses agrupamentos podem ocorrer em área rural ou urbana, dentro ou fora de Terras Indígenas. (IBGE, 2020)

As categorias de localidade quilombola são semelhantes às de localidade indígena: território quilombola oficialmente delimitado; agrupamento quilombola; e localidades quilombolas não definidas em setores censitários.

Segundo o IBGE, os territórios quilombolas são, nos termos do Decreto n. 4.887/2003, as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos e utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. De acordo com o artigo 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. O uso comum da terra pelas comunidades é outra característica marcante desses territórios. (IBGE, 2020)

O órgão responsável a nível federal pela regularização dos territórios quilombolas é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, cujo arquivo vetorial foi referência para a construção da Base Territorial do Censo Demográfico 2020, cujos dados de localidades foram antecipados com a divulgação da Base de Informações 2019. Áreas tituladas por órgãos estaduais de terras em favor dos quilombolas, que não constavam na base do INCRA, tiveram seus arquivos vetoriais considerados. (IBGE 2020)

Considera-se agrupamento quilombola o conjunto de 15 ou mais indivíduos quilombolas em uma ou mais moradias contíguas espacialmente, que estabelecem vínculos familiares ou comunitários e pertencentes a Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs), ou

---

<sup>1</sup> Todo lugar do território nacional onde exista um aglomerado permanente de habitantes (IBGE, 2020).

simplesmente Comunidades Quilombolas, que são grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão historicamente sofrida, nos termos do Decreto n. 4.887, de 2003. Cabe ressaltar que tal caracterização é atestada por autodefinição da própria comunidade, que solicita à Fundação Cultural Palmares – FCP a sua certificação. (IBGE, 2020)

A diversidade de arranjos espaciais relacionados à multiplicidade de formas de organização social e de identificação étnico-racial e cultural é um desafio para a produção de Estatísticas Oficiais e para a análise territorial. Esse contexto implica expressiva variedade de recortes territoriais que, por serem incompatíveis com os setores censitários, não puderam ser setorizados. Por isso, são identificadas também localidades em que, embora não seja identificada a ocupação contígua de domicílios por indígenas e quilombolas, a presença destes povos é verificada em outras conformações territoriais (IBGE, 2020).

Considerando o contexto acima, o IBGE estabelece a categoria de localidades indígenas e quilombolas não definidas em setores censitários, que podem contemplar: agrupamentos de indivíduos autodeclarados indígenas ou quilombolas cujos domicílios apresentem distâncias significativas entre si, superando o critério dos 50 metros de contiguidade; trechos das terras e dos agrupamentos indígenas ou dos territórios ou agrupamentos quilombolas que porventura não possam ser definidos como setores censitários, de acordo com os critérios do IBGE; entorno das terras e agrupamentos indígenas ou de territórios e agrupamentos quilombolas, onde residem de forma dispersa indivíduos indígenas; áreas de provável existência de indivíduos indígenas ou quilombolas, de acordo com bancos de dados e registros administrativos produzidos por outros órgãos e organizações da sociedade civil. (IBGE, 2020)

Outros conceitos utilizados serão descritos ao longo do documento.

## 2. Informações sobre os Povos Indígenas

### 2.1. Base de Informações 2019

#### 2.1.1. Estimativa de Localidades Indígenas

A Base de Informações sobre os indígenas e quilombolas 2019, apresenta dados de Estimativa de Localidades (ELOC)<sup>2</sup>, que é um quantitativo de localidades a serem recenseadas em determinado recorte territorial. Essa previsão é confirmada ou revisada somente mediante a realização do recenseamento. (IBGE, 2020)<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> A data de referência para os dados geográficos é o ano de 2019.

<sup>3</sup> Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19. Notas Técnicas. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?=&t=sobre>.

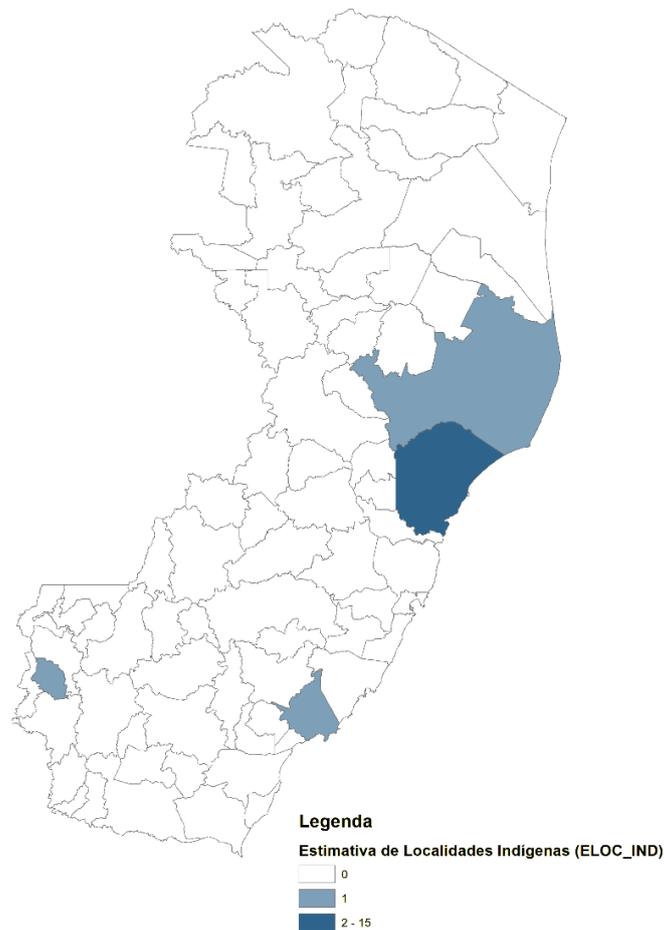
O Espírito Santo possui 18 localidades indígenas, distribuídas em quatro municípios: Aracruz; Anchieta; Divino de São Lourenço; e Linhares. Somente o município de Aracruz concentra 15 destas localidades. Os demais municípios possuem apenas uma localidade cada. (Tabela 1)

**Tabela 1: Estimativa de Localidades Indígenas no ES**

MUNICÍPIO	ELOC_IND
Aracruz	15
Anchieta	1
Divino de São Lourenço	1
Linhares	1

*Fonte: Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas 2019/IBGE*

**Mapa 1: Estimativa de Localidades Indígenas no ES**



*Fonte: Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas 2019/IBGE*

### 2.1.2. Cadastro de Localidades Indígenas

A Tabela 2, a seguir, apresenta o Cadastro de Localidades Indígenas<sup>4</sup> do Espírito Santo. O município de Aracruz possui as únicas terras indígenas oficialmente delimitadas do Espírito Santo: TI Tupiniquim; TI Caieiras Velha II; e TI Comboios. As demais localidades do município são categorizadas como “agrupamentos indígenas”. Ambas as categorias já foram conceituadas na Introdução, conforme estabelece o IBGE.

Nos outros municípios, são categorizadas como “localidades indígenas não setorizadas”, que são localidades não definidas em setores censitários. Conforme citado anteriormente na Introdução, sendo recortes territoriais incompatíveis com os setores censitários, não puderam ser setorizados. Assim, a presença dos povos indígenas nesses locais é verificada por meio de outras conformações territoriais. (Tabela 2)

**Tabela 2: Cadastro de Localidades Indígenas no ES**

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	CATEGORIA
Aracruz	TI TUPINIQUIM	Terra Indígena oficialmente delimitada
Aracruz	TI CAIEIRAS VELHA II	Terra Indígena oficialmente delimitada
Aracruz	TI COMBOIOS	Terra Indígena oficialmente delimitada
Aracruz	ALDEIA INDÍGENA BOA ESPERANÇA	Agrupamento indígena
Aracruz	ALDEIA INDÍGENA IRAJÁ	Agrupamento indígena
Aracruz	ALDEIA INDÍGENA TRÊS PALMEIRAS	Agrupamento indígena
Aracruz	ALDEIA INDÍGENA PAU BRASIL	Agrupamento indígena
Aracruz	ALDEIA INDÍGENA PIRAQUÊAÇU	Agrupamento indígena
Aracruz	ALDEIA INDÍGENA DE CAIEIRAS VELHA	Agrupamento indígena
Aracruz	ALDEIA INDÍGENA CÔRREGO DO OURO	Agrupamento indígena
Aracruz	ALDEIA INDÍGENA AREAL	Agrupamento indígena
Aracruz	ALDEIA INDÍGENA COMBOIOS	Agrupamento indígena
Aracruz	ALDEIA INDÍGENA NOVO BRASIL	Agrupamento indígena
Aracruz	ALDEIA INDÍGENA OLHO D' ÁGUA	Agrupamento indígena
Aracruz	ALDEIA INDÍGENA AMARELO	Agrupamento indígena
Anchieta	COMUNIDADE INDIGENA CHAPADA DO A	Localidade indígena não setorizada
Divino de São Lourenço	ALDEIA INDIGENA YAKA REXAKA PORA	Localidade indígena não setorizada
Linhares	COMUNIDADE DE AREAL	Localidade indígena não setorizada

Fonte: Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas 2019/IBGE

<sup>4</sup> Não foram disponibilizados dados em *shapefile* para estas informações, o que inviabilizou a elaboração de mapa georreferenciado.

### 2.1.3. Estimativa de Domicílios Ocupados

A Estimativa de Domicílios Ocupados (EDOC)<sup>5</sup> é um quantitativo estimado pelo IBGE de domicílios particulares permanentes ocupados a serem recenseados em determinado recorte territorial. Essa previsão é confirmada ou revisada somente mediante a realização do recenseamento. Cabe destacar que os dados de Estimativa de Domicílios Ocupados (EDOC) são calculados apenas para localidades definidas em setores censitários. (IBGE, 2020)<sup>6</sup>

Assim, considerando que Aracruz é o único município do Espírito Santo com localidades indígenas definidas em setores censitários, a pesquisa de 2019 apresenta dados de Estimativa de Domicílios Ocupados Indígenas (EDOC\_IND) apenas para este município. Aracruz possui uma estimativa de 1117 domicílios ocupados.

### 2.1.4. População Indígena por Município

Sobre dados demográficos, a Base de Informações apresenta, em sua quase totalidade, informações coletadas no Censo 2010, que somente serão confirmados e/ou revisados com a divulgação do próximo recenseamento, adiado para 2021.

Os dados de pessoas indígenas são apresentados em duas categorias: pessoas declaradas indígenas no município (P\_DECL\_M) e pessoas consideradas indígenas no município (P\_CONS\_M)<sup>7</sup>, por município. Apenas o município de Aracruz apresenta resultado para esta última categoria. As duas categorias somadas configuram a população indígena do município. Por estes resultados, o Espírito Santo possui pouco mais de 9,5 mil pessoas indígenas, considerando as duas categorias.<sup>8</sup> (Tabela 3)

A Tabela 3 apresenta os dados acima citados, além da estimativa populacional 2019<sup>9</sup> e o percentual que as pessoas indígenas representam no conjunto da população de cada município. Aracruz tem destaque absoluto, com 3.040 pessoas declaradas indígenas e 425 consideradas indígenas, o que corresponde a 3,00% e 0,42% da população total do município, respectivamente, totalizando uma população indígena de 3.465 pessoas.

<sup>5</sup> A data de referência é o ano de 2019.

<sup>6</sup> Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os Indígenas e Quilombolas para Enfrentamento à Covid-19. Notas Técnicas. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?=&t=acesso-ao-produto>.

<sup>7</sup> Para fins de cálculo da população indígena, considerou-se indígena pelo IBGE: a pessoa, residente ou não em terras indígenas, que se declarou indígena, na investigação sobre cor ou raça; e a pessoa, residente em terras indígenas, que não se declarou indígena, na investigação sobre cor ou raça, mas se considerava indígena, de acordo com suas tradições, costumes, cultura, antepassados, etc. (IBGE, 2020).

<sup>8</sup> Para alguns municípios a Tabela não traz informações, seja estando em “branco” ou com um “X”.

<sup>9</sup> Na Base 2019 foi disponibilizada a Estimativa Populacional 2019, por município, utilizada aqui para calcular o percentual de indígenas em relação à população total de cada município.

Tabela 3: População Indígena no ES por município

MUNICÍPIO	Estimativa populacional 2019	Pessoas declaradas indígenas (P_DECL_M)	% P_DECL_M	Pessoas consideradas indígenas (P_CONS_M)	% P_CONS_M
Afonso Cláudio	30586	40	0,13		
Águia Branca	9642				
Água Doce do Norte	11019	7	0,06		
Alegre	30084	55	0,18		
Alfredo Chaves	14601	20	0,14		
Alto Rio Novo	7836				
Anchieta	29263	120	0,41		
Apiacá	7567	X	X		
Aracruz	101220	3040	3,00	425	0,42
Atílio Vivácqua	11936	X	X		
Baixo Guandu	30998	25	0,08		
Barra de São Francisco	44650	19	0,04		
Boa Esperança	15037	14	0,09		
Bom Jesus do Norte	9936	9	0,09		
Brejetuba	12404	32	0,26		
Cachoeiro de Itapemirim	208972	176	0,08		
Cariacica	381285	596	0,16		
Castelo	37534	40	0,11		
Colatina	122499	70	0,06		
Conceição da Barra	31063	63	0,20		
Conceição do Castelo	12723	8	0,06		
Divino de São Lourenço	4304	11	0,26		
Domingos Martins	33850	16	0,05		
Dores do Rio Preto	6749	X	X		
Ecoporanga	22923	7	0,03		
Fundão	21509	20	0,09		
Governador Lindenberg	12709	6	0,05		
Guaçuí	30867	7	0,02		
Guarapari	124859	244	0,20		
Ibatiba	26082	21	0,08		
Ibiraçu	12479	9	0,07		
Ibitirama	8889				
Iconha	13860	6	0,04		
Irupi	13377	9	0,07		
Itaguaçu	14066	22	0,16		
Itapemirim	34348	26	0,08		

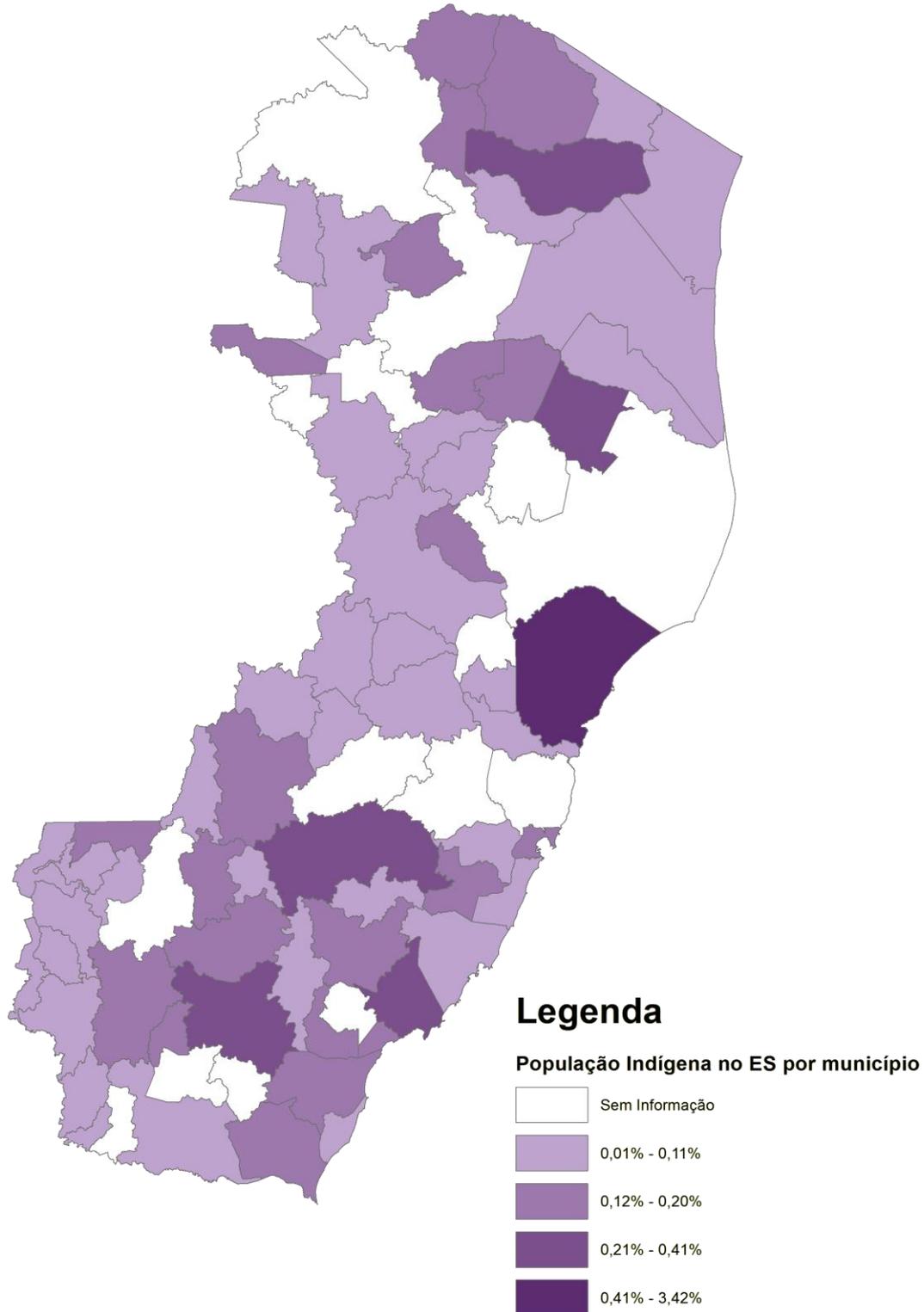
Itarana	10555	7	0,07		
Lúna	29161	23	0,08		
Jaguaré	30477	58	0,19		
Jerônimo Monteiro	12192	X	X		
João Neiva	16668	19	0,11		
Laranja da Terra	10947	X	X		
Linhares	173555	303	0,17		
Mantenópolis	15350	9	0,06		
Marataízes	38499	25	0,06		
Marechal Floriano	16694	31	0,19		
Marilândia	12833	11	0,09		
Mimoso do Sul	26153	37	0,14		
Montanha	18833	30	0,16		
Mucurici	5524				
Muniz Freire	17465	X	X		
Muqui	15449	X	X		
Nova Venécia	50110	28	0,06		
Pancas	23184	10	0,04		
Pedro Canário	26184	75	0,29		
Pinheiros	27047	32	0,12		
Piúma	21711	33	0,15		
Ponto Belo	7863	14	0,18		
Presidente Kennedy	11574	X	X		
Rio Bananal	19141	27	0,14		
Rio Novo do Sul	11622				
Santa Leopoldina	12224	X	X		
Santa Maria de Jetibá	40431	8	0,02		
Santa Teresa	23590	20	0,08		
São Domingos do Norte	8638	15	0,17		
São Gabriel da Palha	37947	15	0,04		
São José do Calçado	10556	6	0,06		
São Mateus	130611	141	0,11		
São Roque do Canaã	12415	X	X		
Serra	517510	1212	0,23		
Sooretama	30070	19	0,06		
Vargem Alta	21402	15	0,07		
Venda Nova do Imigrante	25277	32	0,13		
Viana	78239	103	0,13		
Vila Pavão	9208	11	0,12		
Vila Valério	14080	14	0,10		
Vila Velha	493838	1010	0,20		
Vitória	362097	997	0,28		

Fonte: Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas 2019/IBGE

Os outros quatro municípios que compõem o grupo dos cinco com maior número de pessoas declaradas indígenas estão localizados na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV): Serra (1.212); Vila Velha (1.010); Vitória (997); e Cariacica (596). No entanto, considerando os valores percentuais relativos à população total estimada, depois de Aracruz aparecem os municípios de Anchieta (0,41%), Pedro Canário (0,29%), Vitória (0,28%), Brejetuba e Divino de São Lourenço (ambos com 0,26%).

O Mapa 2, a seguir, apresenta situação do Espírito Santo quanto ao percentual de população indígena no conjunto da população de cada município do estado.

Mapa 2: População Indígena no ES por município



Fonte: Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas 2019/IBGE

### 2.1.5. Informações Demográficas por Terras Indígenas

A Base de Informações 2019 também traz informações demográficas do Censo 2010 especificamente para Terras Indígenas (TI). Como já mencionado, apenas o município de Aracruz possui terras indígenas oficialmente delimitadas. Portanto, todas as Pessoas Indígenas em Terras Indígenas do estado estão concentradas neste município, que possui 2580 Pessoas Declaradas Indígenas em Terras Indígenas (P\_DECL\_TI) e 425 Pessoas Consideradas Indígenas em Terras Indígenas (P\_CONS\_TI)<sup>10</sup>, o que corresponde a 2,55% e 0,42% da população municipal, respectivamente (Tabela 4).

**Tabela 4: Pessoas Indígenas em Terras Indígenas no ES**

Fonte: de

MUNICÍPIO	Estimativa populacional 2019	Pessoas declaradas indígenas em Terras Indígenas (P_DECL_TI)	% P_DECL_TI	Pessoas consideradas indígenas em Terras Indígenas (P_CONS_TI)	% P_CONS_TI
Aracruz	101220	2580	2,55	425	0,42

Base

*Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas 2019/IBGE*

A Tabela 5, a seguir, apresenta informações de população (total e por faixa etária) e domicílios referentes a cada terra indígena oficialmente delimitada do estado. Cabe destacar que a Base 2019 não traz informações para a TI Tupiniquim, por isso não consta na Tabela. Segundo o IBGE, “as geometrias adotadas para as Terras Indígenas são aquelas do arquivo oficial disponibilizado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com versão de março de 2019, tendo sido representadas apenas aquelas para as quais há disponibilidade de dados e informações do Censo Demográfico 2010” (IBGE, 2020)<sup>11</sup>. Na seção 4, será possível observar que a TI Tupiniquim não aparece no grupo das quatro terras indígenas que constam no Censo 2010.

A TI Comboios tem população de 500 pessoas, sendo que 40,80% tem menos de 15 anos de idade (204 pessoas); 50,20% tem 15 a 49 anos de idade (251); e 9,00% tem 50 anos ou mais de idade (45). Já a TI Caieiras Velha II tem população menor, com 246 pessoas, sendo que 45,53% tem menos de 15 anos de idade (112); 48,37% tem 15 a 49 anos de idade (119); e 6,10% tem 50 anos ou mais de idade (15). (Gráficos 1 e 2)

<sup>10</sup> A pessoa residente em terras indígenas foi classificada, quanto à condição de indígena, em: Declarou-se indígena – para a pessoa que se declarou indígena, na investigação sobre cor ou raça; não se declarou, mas se considerava indígena – para a pessoa que não se declarou indígena, na investigação sobre raça ou cor, mas se considerava indígena, de acordo com as tradições, costumes, cultura, antepassados, etc. (IBGE, 2020).

<sup>11</sup> Documento “Leia-me” - Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os Indígenas e Quilombolas para Enfrentamento à Covid-19. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?=&t=acesso-ao-produto>.

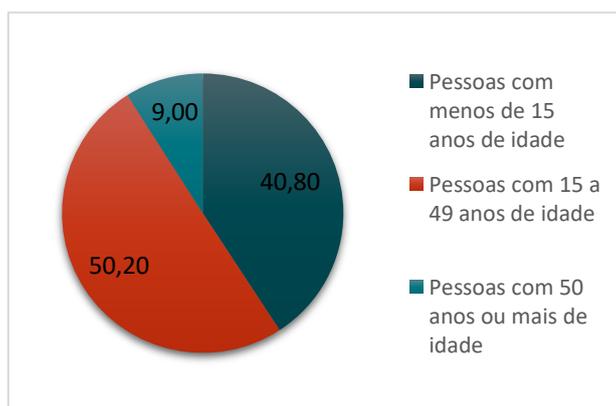
Com relação aos domicílios particulares permanentes, a TI Comboios tem 106 domicílios e média de moradores por domicílios de 4,72; e a TI Caieiras Velha II tem 57 domicílios e média de moradores por domicílios de 4,32.

Tabela 5: Informações Demográficas por Terras Indígenas

Terras Indígenas oficialmente delimitadas	População em 2010 (P_TOT_10)	Pessoas com menos de 15 anos de idade (P_0_14_10)	Pessoas de 15 a 49 anos de idade (P_15_49_10)	Pessoas com 50 anos ou mais de idade (P_50_M_10)	Domicílios particulares permanentes (DPPO_2010)	Média de moradores por domicílios particulares permanentes (MOR_DOM)
TI Comboios	500	204	251	45	106	4,72
TI Caieiras Velha II	246	112	119	15	57	4,32

Fonte: Base de Informações Indígenas e Quilombolas 2019/IBGE

Gráfico 1: População Indígena segundo faixa de idade na TI Comboios (%)



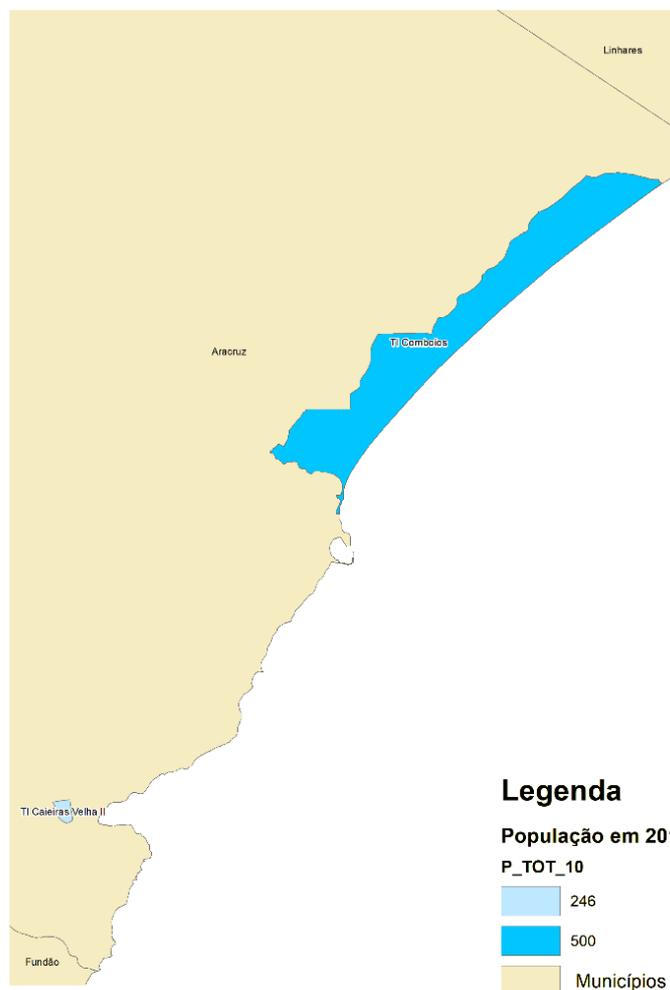
Fonte: Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas 2019/IBGE

Gráfico 2: População Indígena segundo faixa de idade na TI Caieiras Velha II (%)



Fonte: Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas 2019/IBGE

Mapa 3: População por Terras Indígenas no ES



Fonte: Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas 2019/IBGE

## 2.2. Censo Demográfico 2010/IBGE

### 2.2.1. População e Domicílios em Terras Indígenas

Para os dados analisados nas próximas seções (domicílios particulares permanentes por tipo de saneamento, existência de energia elétrica e rendimento nominal mensal domiciliar), o Censo 2010 traz resultados apenas para o recorte territorial “Terra Indígena”. Diferente da Base 2019, que aponta 3 terras indígenas oficialmente delimitadas no Espírito Santo<sup>12</sup>, o Censo 2010<sup>13</sup> traz resultados para 4 terras indígenas reconhecidas, sendo duas coincidentes com o que aponta a pesquisa recentemente divulgada: Comboios e Caieiras Velha II (Tabela 6)<sup>14</sup>.

Neste sentido, faz-se necessário apresentar nesta seção resultados para população e domicílios particulares permanentes conforme o Censo 2010, de modo a servir de parâmetro de análise das informações abordadas nas próximas seções, principalmente quanto ao número de domicílios particulares permanentes.

Segundo o Censo 2010, a terra indígena com maior população residente<sup>15</sup> é Caieiras Velha, com 1.763 pessoas (Tabela 6). Na sequência aparecem as terras indígenas de Pau Brasil (502); Comboios (500); e Caieiras Velha II (246). Quanto ao número de domicílios particulares permanentes<sup>16</sup> a sequência é a mesma de população: Caieiras Velha (433); Pau Brasil (120); Comboios (106); e Caieiras Velha II (57).

**Tabela 6: População Residente e N° de Domicílios em Terras Indígenas**

Terras Indígenas	População residente	Domicílios particulares permanentes
Comboios	500	106
Caieiras Velha	1763	433
Pau Brasil	502	120
Caieiras Velha II	246	57

Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

<sup>12</sup> No entanto, traz resultados e dados em *shapefile* por Terra Indígena apenas para duas: TI Comboios e TI Caieiras Velha II.

<sup>13</sup> SIDRA, Resultados do Universo – Características Gerais dos Indígenas, Terras Indígenas. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/universo-caracteristicas-gerais-dos-indigenas>

<sup>14</sup> Tendo em vista a atualização dos dados em 2019 pelo IBGE, pode ter ocorrido a integração de terras indígenas e/ou alteração de denominação e categoria. No Cadastro de Localidades Indígenas da Base 2019, inserida no Capítulo 2, por exemplo, aparece a Aldeia Indígena Pau Brasil, com a categoria “agrupamento indígena”.

<sup>15</sup> Este dado contempla pessoas residentes em terras indígenas que “Declararam-se indígenas”; “Não se declararam-se indígenas, mas se consideravam indígenas”; e “Não se declararam e nem se consideravam indígena” (Censo 2010/IBGE).

<sup>16</sup> No Censo 2010, considerou-se “Domicílio particular” o domicílio onde o relacionamento entre seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência; e “Permanente” quando construído para servir, exclusivamente, à habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas (IBGE, 2010).

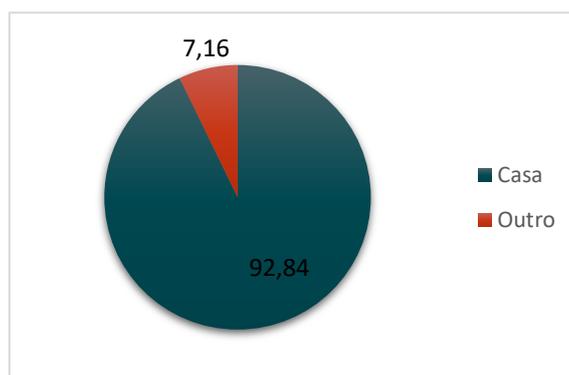
Quase todos os domicílios particulares permanentes localizados em terras indígenas no Espírito Santo são do tipo “Casa”<sup>17</sup>, sendo que em Comboios o resultado é de 100%. Os outros resultados para este tipo são: Caieiras Velha II (98,25%); Pau Brasil (96,67%) e Caieiras Velha (92,84%). Apenas Pau Brasil e Caieiras Velha II têm ocorrência de “Oca ou Maloca”<sup>18</sup>, com 3,33% e 1,75%, respectivamente. Caieiras Velha é a única TI que apresenta resultado para a categoria “Outro”. (Tabela 7; Gráficos 3 a 5)

Tabela 7: Domicílios localizados em Terras Indígenas, por tipo de domicílio (%)

Terras Indígenas	Casa	Oca ou Maloca	Outro
Comboios	100,00	-	-
Caieiras Velha	92,84	-	7,16
Pau Brasil	96,67	3,33	-
Caieiras Velha II	98,25	1,75	-

Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

Gráfico 3: Tipos de domicílios na Terra Indígena de Caieiras Velha (%)



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

<sup>17</sup> Quando localizada em uma edificação de um ou mais pavimentos, desde que ocupada integralmente por um único domicílio, com acesso direto a um logradouro (arruamento, vila, avenida, caminho etc.), legalizado ou não, independentemente do material utilizado em sua construção (IBGE, 2010).

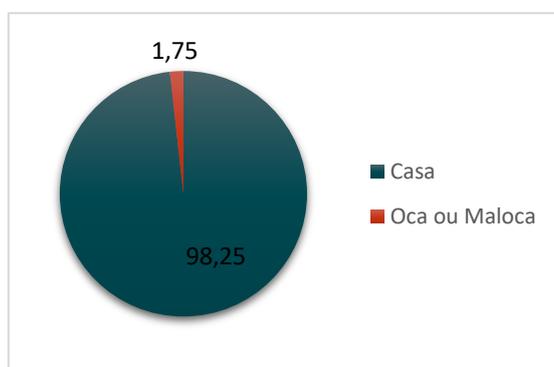
<sup>18</sup> Quando localizada em habitação indígena, situada em terras indígenas, de características rústicas, podendo ser: simples e sem parede; pequena, feita com galhos de árvores e coberta de palha ou folhas; ou grande choça (cabana, casebre, palhoça, choupana) feita de taquaras e troncos, coberta de palmas secas ou palha, e utilizada como habitação por várias famílias indígenas (IBGE, 2010).

Gráfico 4: Tipos de domicílios na Terra Indígena de Pau Brasil (%)



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

Gráfico 5: Tipos de domicílios na Terra Indígena de Caieiras Velha II (%)



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

Nas Terras Indígenas de Comboios e Caieiras Velha II predominam os domicílios particulares permanentes cedidos<sup>19</sup>, com 91,51% e 98,25%, respectivamente. Em Caieiras Velha e Pau Brasil predomina os domicílios próprios<sup>20</sup>, com 96,77% e 98,33%, respectivamente. Apenas a TI de Pau Brasil apresenta resultado para a categoria “Alugado”<sup>21</sup>, com 083%. (Tabela 8; Gráficos 6 a 9)

<sup>19</sup> Quando o domicílio era cedido por empregador (público ou privado) de qualquer um dos moradores, ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação (condomínio, gás, luz etc.). Incluiu-se, neste caso, o domicílio cujo aluguel era pago diretamente pelo empregador de um dos moradores do domicílio; quando era cedido gratuitamente por pessoa que não era moradora ou por instituição que não era empregadora de algum dos moradores, ainda que mediante uma taxa de ocupação (impostos, condomínio etc.) ou de conservação. Incluiu-se, neste caso, o domicílio cujo aluguel integral era pago, direta ou indiretamente, por não morador ou por instituição que não era empregadora de algum morador (IBGE, 2010).

<sup>20</sup> Quando o domicílio era de propriedade, total ou parcial, de um ou mais moradores, estando integralmente pago ou não (IBGE, 2010).

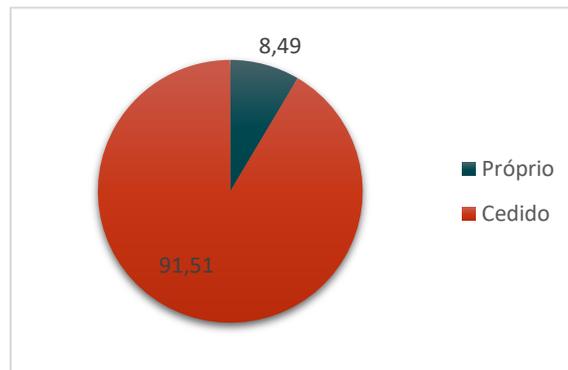
<sup>21</sup> Quando o domicílio era alugado e o aluguel era pago por um ou mais moradores. Considerou-se também como alugado o domicílio em que o empregador (de qualquer um dos moradores) pagava, como parte integrante do salário, uma parcela em dinheiro para o pagamento do aluguel (IBGE, 2010).

Tabela 8: Domicílios localizados em Terras Indígenas, por condição de ocupação (%)

Terras Indígenas	Próprio	Alugado	Cedido	Outra condição
Comboios	8,49	-	91,51	-
Caieiras Velha	96,77	-	3,23	-
Pau Brasil	98,33	0,83	0,83	-
Caieiras Velha II	1,75	-	98,25	-

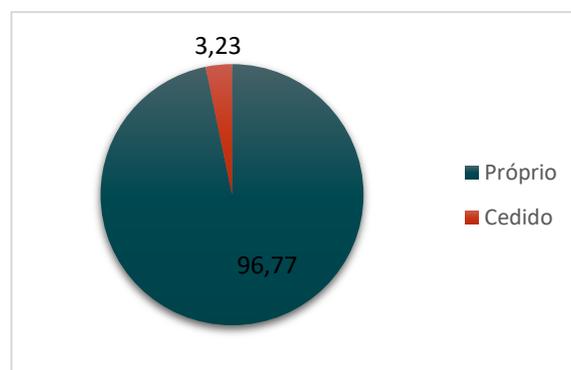
Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

Gráfico 6: Condição de ocupação dos domicílios na Terra Indígena de Comboios (%)



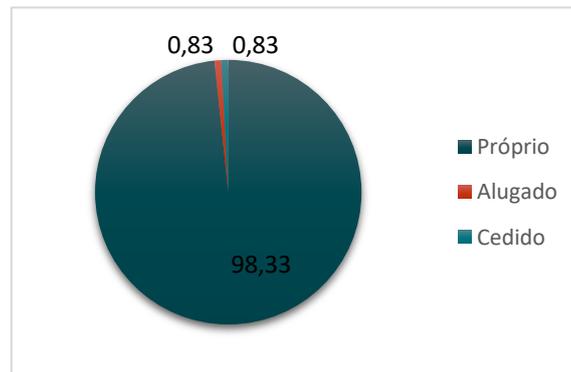
Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

Gráfico 7: Condição de ocupação dos domicílios na Terra Indígena de Caieiras Velha (%)



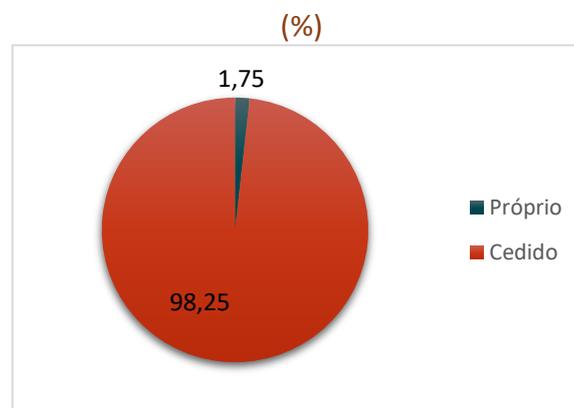
Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

Gráfico 8: Condição de ocupação dos domicílios na Terra Indígena de Pau Brasil (%)



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

Gráfico 9: Condição de ocupação dos domicílios na Terra Indígena de Caieiras Velha II



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

### 2.2.2. Saneamento em Terras Indígenas

#### Abastecimento de Água

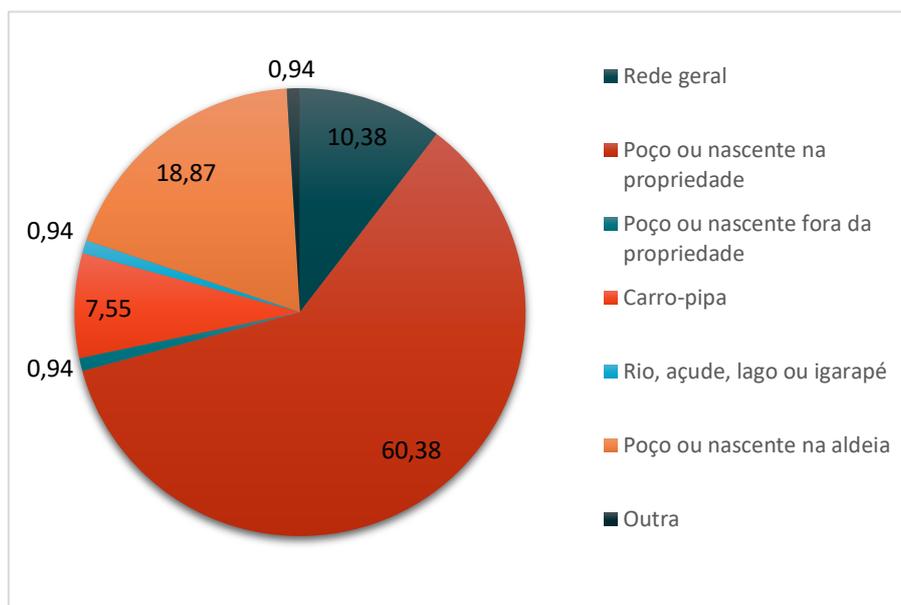
Todos os dados de saneamento têm como unidade de análise o domicílio particular permanente. No Censo 2010/IBGE, a forma de abastecimento de água do domicílio particular permanente foi classificada como:

- Rede geral de distribuição: quando o domicílio ou o terreno, ou a propriedade onde estava localizado, estava ligado a uma rede geral de distribuição de água;
- Poço ou nascente na propriedade: quando o domicílio era servido por água proveniente de poço ou nascente localizada no terreno ou na propriedade onde estava construído;
- Poço ou nascente fora da propriedade: quando o domicílio era servido por água proveniente de poço ou nascente localizada fora da propriedade onde estava construído o domicílio;
- Carro-pipa: quando o domicílio era servido por água transportada por carro-pipa;

- Água de chuva armazenada em cisterna: quando o domicílio era servido por água de chuva armazenada em cisterna, caixa de cimento etc.;
- Água de chuva armazenada de outra forma: quando o domicílio era servido por água de chuva armazenada em galões, tanques de material plástico etc.;
- Rio, açude, lago ou igarapé: quando o domicílio era servido por água proveniente de rio, açude, lago e igarapé;
- Poço ou nascente na aldeia: quando o domicílio, localizado em terras indígenas, era servido por água proveniente de poço ou nascente localizada dentro da aldeia;
- Poço ou nascente fora da aldeia: quando o domicílio, localizado em terras indígenas, era servido por água proveniente de poço ou nascente localizada fora da aldeia; ou
- Outra: quando a forma de abastecimento de água do domicílio era diferente das descritas anteriormente.

Na Terra Indígena de Comboios, predomina o poço ou nascente na propriedade, com 60,38%. Em seguida, aparece o poço ou nascente na aldeia (18,87%); a rede geral (10,38%); e o carro-pipa (7,55%). As demais formas de abastecimento são pouco significativas, todas representando apenas 0,94% do total de domicílios. (Gráfico 10)

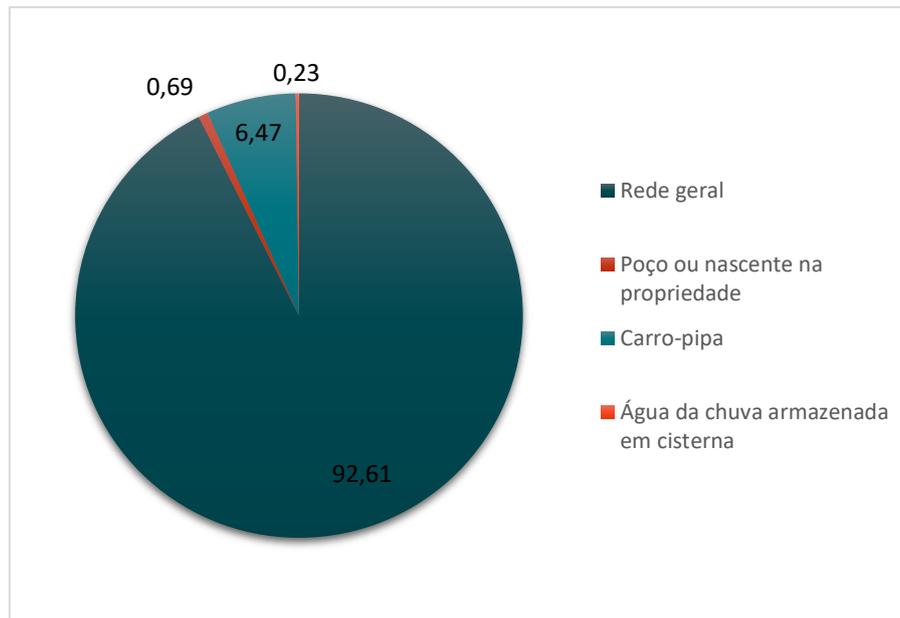
Gráfico 10: Formas de abastecimento de água na Terra Indígena de Comboios (%)



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

A principal forma de abastecimento de água na Terra Indígena de Caieiras Velha é por rede geral, com atendimento de 92,61%. As demais formas de abastecimento utilizadas nesta TI são: carro-pipa, com 6,47%; poço ou nascente na propriedade (0,69%); e água da chuva armazenada em cisterna (0,23%). (Gráfico 11)

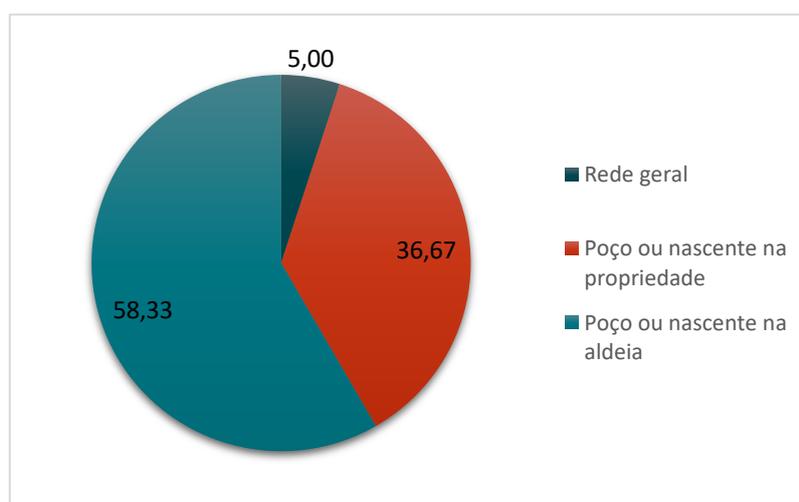
Gráfico 11: Formas de abastecimento de água na Terra Indígena de Caieiras Velha (%)



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

Na Terra Indígena de Pau Brasil são utilizadas três formas de abastecimento de água, predominando o poço ou nascente na aldeia (58,33%). Poço ou nascente na propriedade e rede geral representam 36,67% e 5,00%, respectivamente. (Gráfico 12)

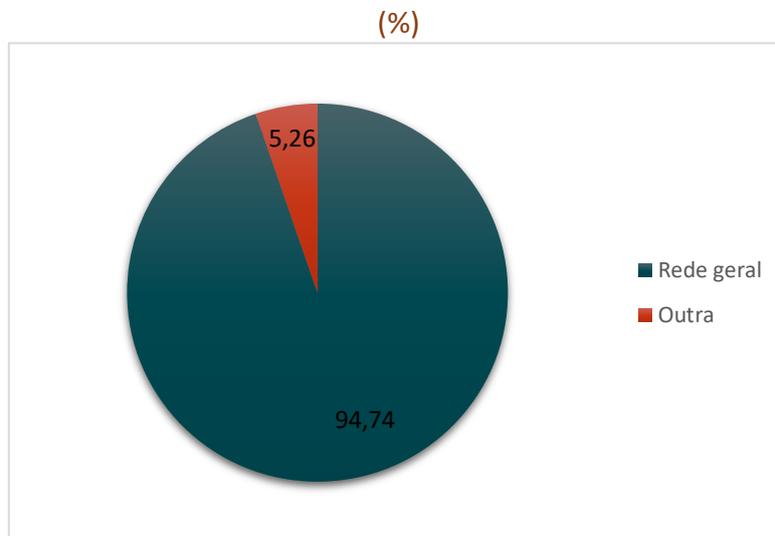
Gráfico 12: Formas de abastecimento de água na Terra Indígena de Pau Brasil (%)



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

A Terra Indígena de Caieiras Velha II apresenta apenas duas formas de abastecimento de água. O atendimento por rede geral é de 94,74% e “outra” forma de abastecimento representa apenas 5,26% dos domicílios. (Gráfico 13)

Gráfico 13: Formas de abastecimento de água na Terra Indígena de Caieiras Velha II



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

#### Esgotamento Sanitário

No Censo 2010/IBGE, o tipo de esgotamento do banheiro ou sanitário do domicílio particular permanente foi classificado como:

- Rede geral de esgoto ou pluvial: quando a canalização das águas servidas e dos dejetos, proveniente do banheiro ou sanitário, estava ligada a um sistema de coleta que os conduzia a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não dispusesse de estação de tratamento da matéria esgotada;
- Fossa séptica: quando a canalização do banheiro ou sanitário estava ligada a uma fossa séptica, ou seja, a matéria era esgotada para uma fossa próxima, onde passava por um processo de tratamento ou decantação, sendo, ou não, a parte líquida conduzida em seguida para um desaguadouro geral da área, região ou município;
- Fossa rudimentar: quando o banheiro ou sanitário estava ligado a uma fossa rústica (fossa negra, poço, buraco etc.);
- Vala: quando o banheiro ou sanitário estava ligado diretamente a uma vala a céu aberto;
- Rio, lago ou mar: quando o banheiro ou sanitário estava ligado diretamente a rio, lago ou mar;
- Outro: quando o esgotamento dos dejetos, proveniente do banheiro ou sanitário, não se enquadrasse em quaisquer dos tipos descritos anteriormente.

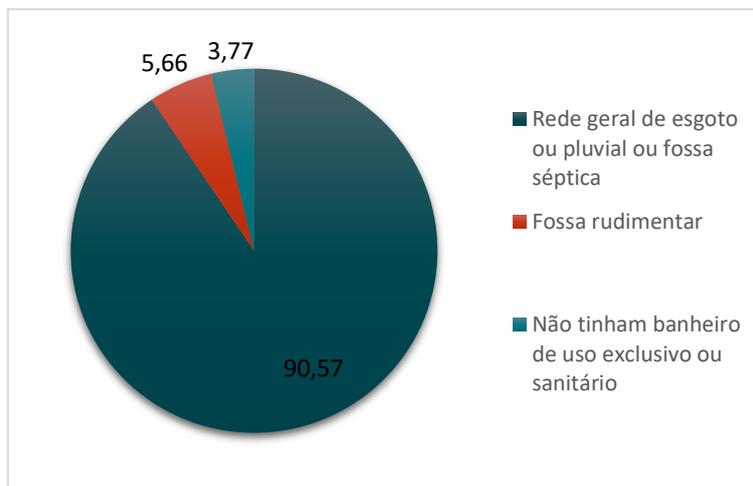
Na Terra Indígena de Comboios, 90,57% dos domicílios particulares permanentes tem como tipo de esgotamento sanitário a rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica. A fossa rudimentar representa apenas 5,66%. Na ocasião da pesquisa, 3,77% dos domicílios não tinham banheiro de uso exclusivo ou sanitário. (Gráfico 14)

A rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica predomina na Terra Indígena de Caieiras Velha, com atendimento de 83,14% dos domicílios. Já a fossa rudimentar e outros tipos de esgotamento sanitário, representam, respectivamente, 13,16% e 0,69%. Na ocasião da pesquisa, 3,00% dos domicílios não tinham banheiro de uso exclusivo ou sanitário. (Gráfico 15)

Na Terra Indígena de Pau Brasil há um equilíbrio no atendimento entre duas categorias: fossa rudimentar (46,67%) e rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica (45,83%). Não tinham banheiro de uso exclusivo ou sanitário 7,50% dos domicílios. (Gráfico 16)

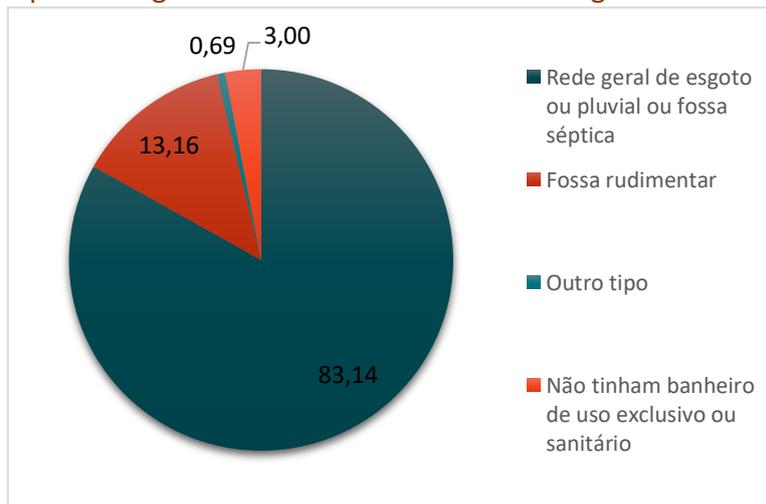
A rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica atende 85,96% dos domicílios na Terra Indígena de Caieiras Velha II. Já a vala é utilizada por apenas 3,51% dos domicílios. Domicílios sem banheiro de uso exclusivo ou sanitário representam 10,53%. (Gráfico 17)

Gráfico 14: Tipos de esgotamento sanitário na Terra Indígena de Comboios (%)



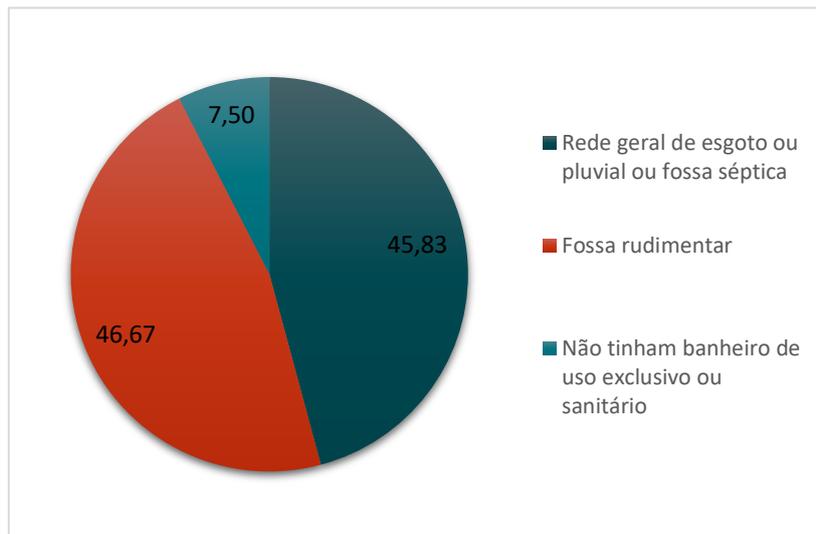
Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

Gráfico 15: Tipos de esgotamento sanitário na Terra Indígena de Caieiras Velha (%)



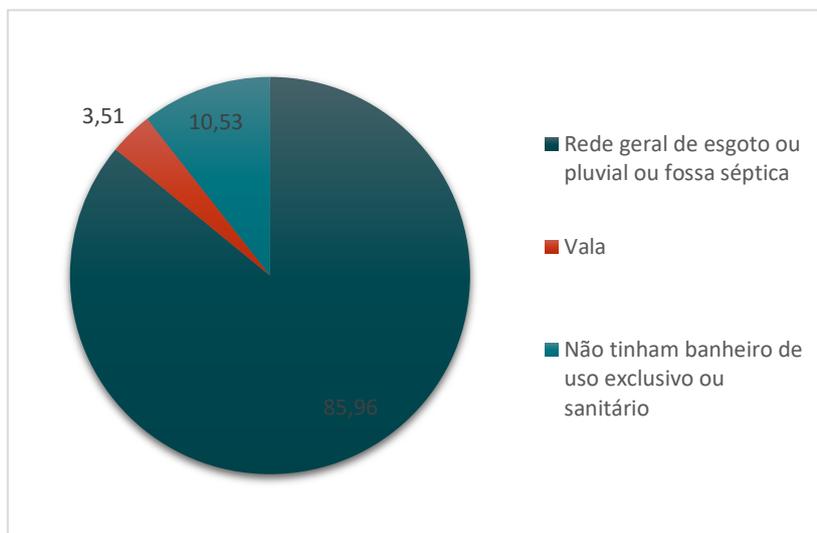
Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

Gráfico 16: Tipos de esgotamento sanitário na Terra Indígena de Pau Brasil (%)



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

Gráfico 17: Tipos de esgotamento sanitário na Terra Indígena de Caieiras Velha II (%)



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

## Destino do Lixo

O destino do lixo proveniente do domicílio particular permanente foi classificado no Censo 2010/IBGE como:

- Coletado: diretamente por serviço de limpeza - quando o lixo do domicílio era coletado diretamente por serviço de empresa pública ou privada; ou em caçamba de serviço de limpeza - quando o lixo do domicílio era depositado em uma caçamba, tanque ou depósito, fora do domicílio, para depois ser coletado por serviço de empresa pública ou privada;
- Queimado (na propriedade): quando o lixo do domicílio era queimado no terreno ou propriedade em que se localizava o domicílio;
- Enterrado (na propriedade): quando o lixo do domicílio era enterrado no terreno ou propriedade em que se localizava o domicílio;
- Jogado em terreno baldio ou logradouro: quando o lixo do domicílio era jogado em terreno baldio ou logradouro público;
- Jogado em rio, lago ou mar: quando o lixo do domicílio era jogado em rio, lago ou mar;
- Outro destino: quando o lixo do domicílio tinha destino diferente dos descritos anteriormente.

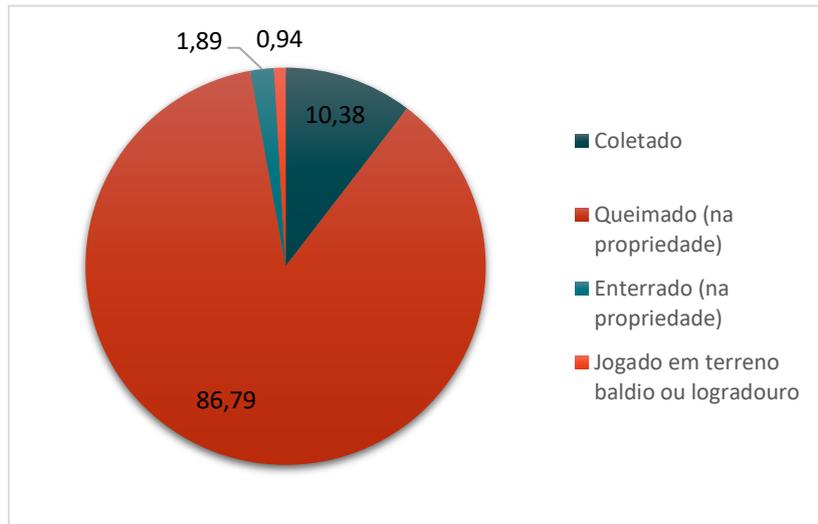
Em Comboios são utilizadas quatro formas de destinação do lixo, sendo predominante o lixo queimado na propriedade, em 86,79% dos domicílios particulares permanentes. Quanto aos demais, lixo coletado, enterrado na propriedade e jogado em terreno baldio ou logradouro representam, respectivamente, 10,38%, 1,89% e 0,94% dos domicílios. (Gráfico 18)

Já na Terra Indígena de Caieiras Velha predomina o lixo coletado, com atendimento de 86,79% dos domicílios particulares permanentes. O restante do lixo gerado nos domicílios (17,09%) é queimado na propriedade. (Gráfico 19)

O mesmo ocorre em Pau Brasil, com apenas duas formas de destinação do lixo, sendo predominante o lixo coletado, com atendimento de 86,79% dos domicílios particulares permanentes. O lixo queimado na propriedade representa apenas 5,83%. (Gráfico 20)

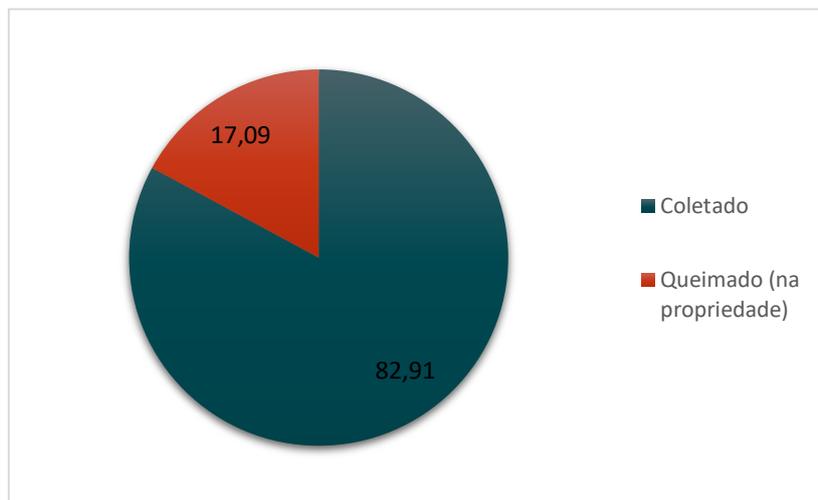
A Terra Indígena de Caieiras Velha II apresenta percentuais semelhantes aos de Caieiras Velha: o lixo coletado e o lixo queimado representam 82,46% e 17,54% dos domicílios particulares permanentes, respectivamente. (Gráfico 21)

Gráfico 18: Destino do lixo na Terra Indígena de Comboios (%)



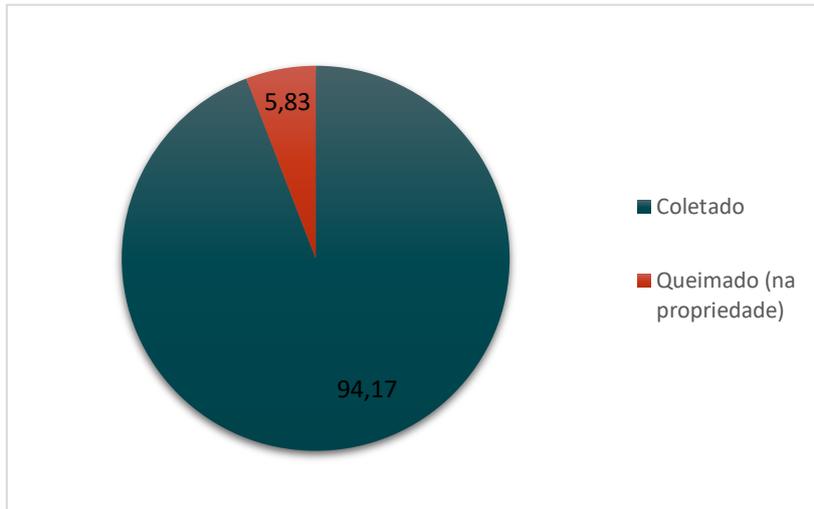
Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

Gráfico 19: Destino do lixo na Terra Indígena de Caieiras Velha (%)



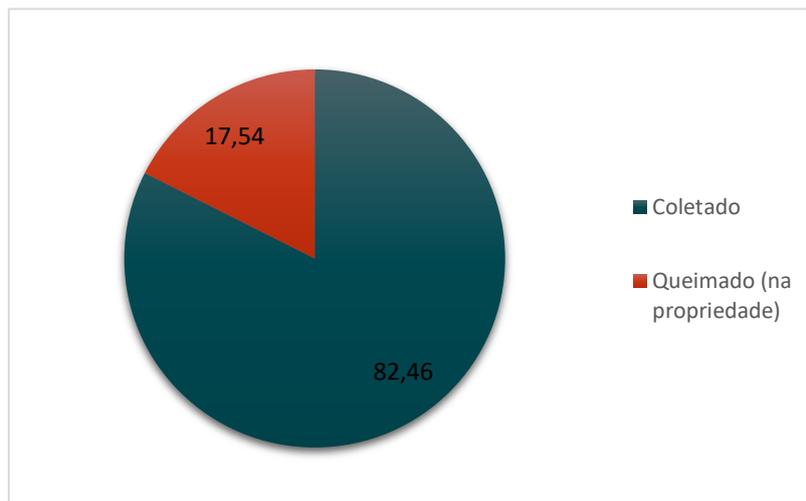
Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

Gráfico 20: Destino do lixo na Terra Indígena de Pau Brasil (%)



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

Gráfico 21: Destino do lixo na Terra Indígena de Caieiras Velha II (%)

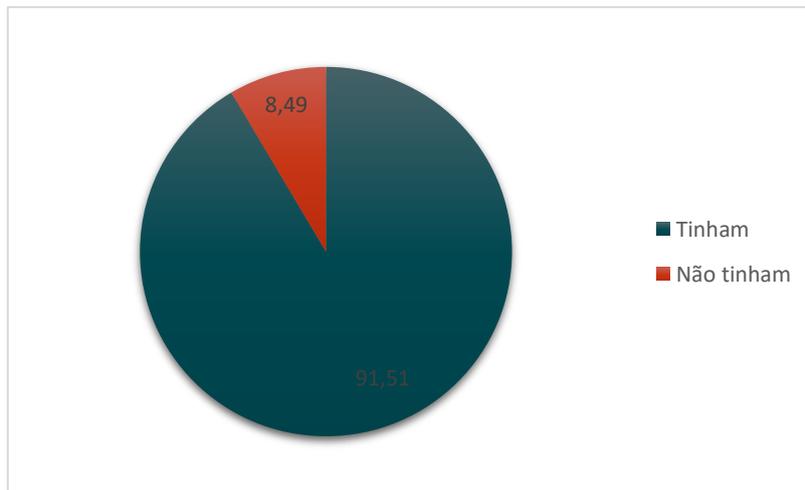


Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

### 2.2.3. Energia Elétrica em Terras Indígenas

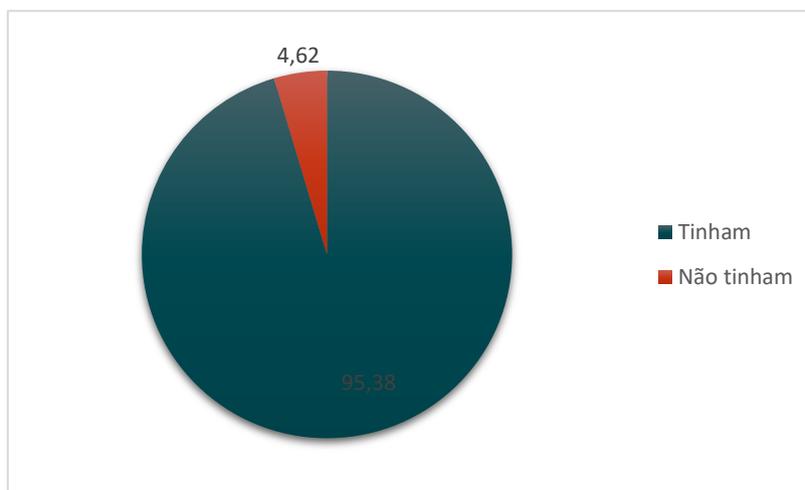
O Censo 2010/IBGE pesquisou a existência de energia elétrica nos domicílios particulares permanentes. As quatro Terras Indígenas têm cobertura significativa. Na ordem, as Terras Indígenas com maior percentual de domicílios particulares permanentes sem energia elétrica são: Comboios, com 8,49%; Caieiras Velha II, com 7,02%; Caieiras Velha, com 4,62%; e Pau Brasil, com 4,17%. (Gráficos 22 a 25)

Gráfico 22: Existência de energia elétrica na Terra Indígena de Comboios (%)



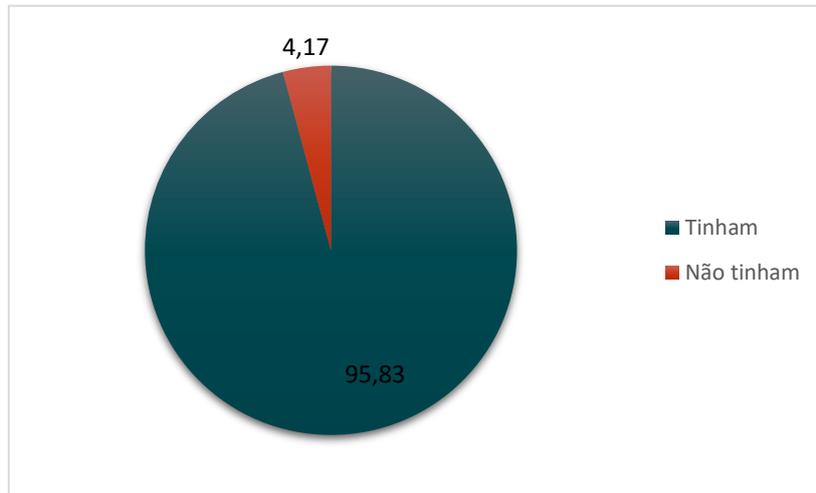
Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

Gráfico 23: Existência de energia elétrica na Terra Indígena de Caieiras Velha (%)



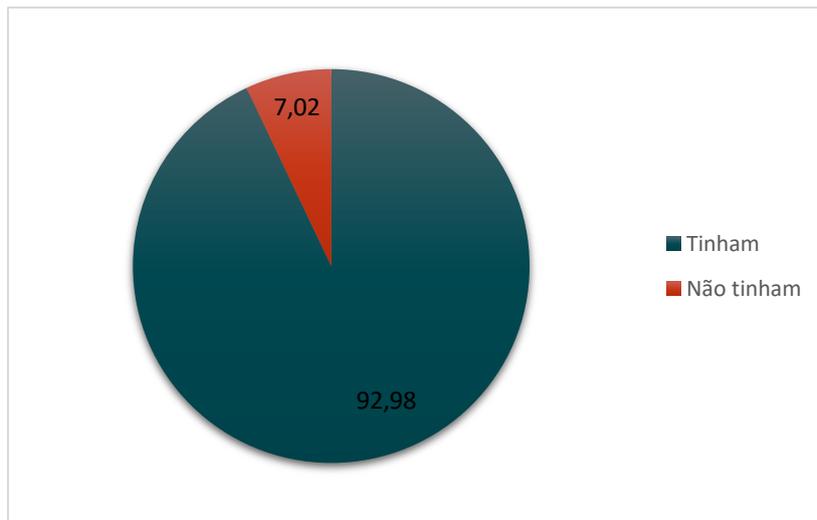
Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

Gráfico 24: Existência de energia elétrica na Terra Indígena de Pau Brasil (%)



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

Gráfico 25: Existência de energia elétrica na Terra Indígena de Caieiras Velha II (%)



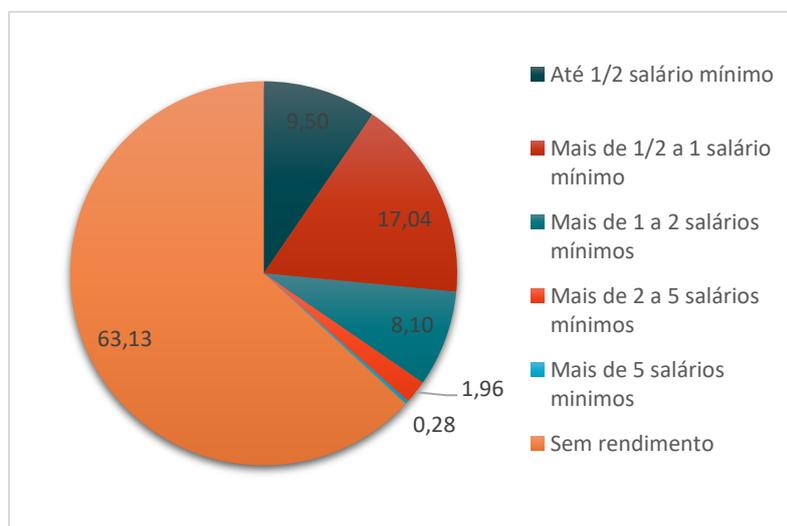
Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

#### 2.2.4. Rendimento Domiciliar em Terras Indígenas

O Censo 2010 considerou como “rendimento nominal mensal domiciliar a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio particular, exclusive os dos moradores de menos de 10 anos de idade e os daqueles cuja condição no domicílio particular fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico” (IBGE, 2010). As classes de rendimento analisadas são: até ½ salário mínimo; mais de ½ a 1 salário mínimo; mais de 1 a 2 salários mínimos; mais de 2 a 5 salários mínimos; mais de 5 salários mínimos; e sem rendimento.

Na Terra Indígena de Comboios predomina os domicílios sem rendimento, com 63,13%, o maior percentual entre as 4 terras indígenas. Na sequência, aparecem as classes de mais de ½ a 1 salário mínimo (17,04%); até ½ salário mínimo (8,10%); e mais de 1 a 2 salários mínimos (8,10%). As classes de mais de 2 a 5 salários mínimos e mais de 5 salários mínimos representam, respectivamente, 1,96% e 0,28%. (Gráfico 26)

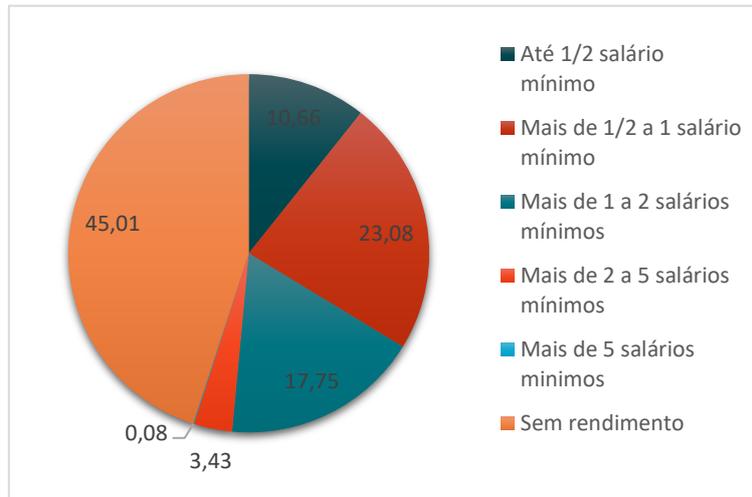
Gráfico 26: Classes de rendimento domiciliar na Terra Indígena de Comboios (%)



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

Os domicílios sem rendimento em Caieiras Velha representam 45,01% do total. Em seguida, aparecem as classes de rendimento de mais de ½ a 1 salário (23,08%); mais de 1 a 2 salários mínimos (17,75%); e até ½ salário mínimo (10,66%). As classes de mais de 2 a 5 salários mínimos e mais de 5 salários mínimos representam, respectivamente, 3,43% e 0,08%. (Gráfico 27)

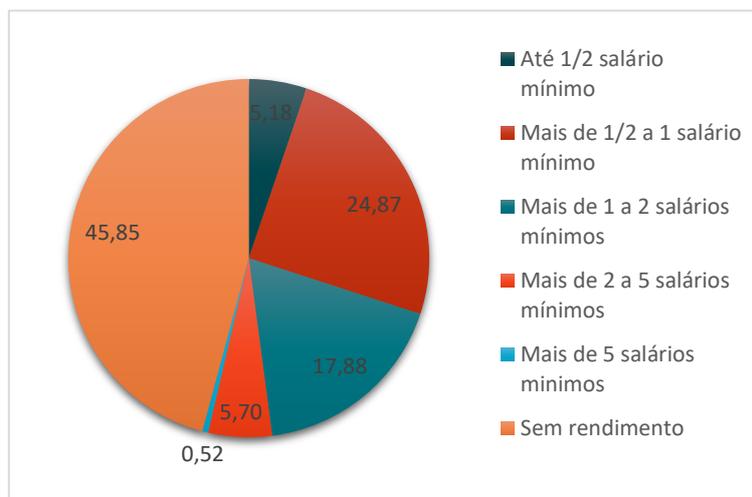
Gráfico 27: Classes de rendimento domiciliar na Terra Indígena de Caieiras Velha (%)



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

Na Terra Indígena de Pau Brasil quase metade dos domicílios também não tem rendimento (45,85%). As demais classes apresentam os seguintes resultados: mais de ½ a 1 salário (24,87%); mais de 1 a 2 salários mínimos (17,88%); mais de 2 a 5 salários mínimos (10,66%); até ½ salário mínimo (5,18%); e mais de 5 salários mínimos representa apenas 0,08%. (Gráfico 28)

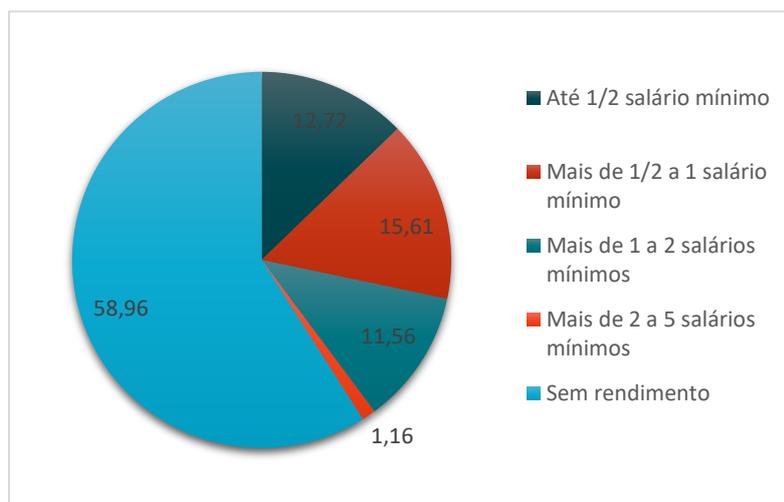
Gráfico 28: Classes de rendimento domiciliar na Terra Indígena de Pau Brasil (%)



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE

A Terra Indígena de Caieiras Velha II apresenta um percentual de 58,96% de domicílios sem rendimento. Em seguida, aparecem as classes de mais de ½ a 1 salário mínimo (15,61%); até ½ salário mínimo (12,72%); mais de 1 a 2 salários mínimos (11,56%); e mais de 2 a 5 salários mínimos (1,16%). Esta terra indígena é a única sem domicílios na classe de rendimento de mais de 5 salários mínimos. (Gráfico 29)

Gráfico 29: Classes de rendimento domiciliar na Terra Indígena de Caieiras Velha II (%)



Fonte: Censo

2010/IBGE

Demográfico

### 3. Informações sobre os Povos Quilombolas

#### 3.1. Localidades Quilombolas – Base 2019/IBGE

##### 3.1.1. Estimativa de Localidades Quilombolas

O Espírito Santo possui uma estimativa de 87 localidades quilombolas, distribuídas em 28 municípios. Os municípios com maior Estimativa de Localidades Quilombolas (ELOC\_QUIL) são Conceição da Barra e São Mateus, com 24 e 21 localidades, respectivamente (Tabela 9)

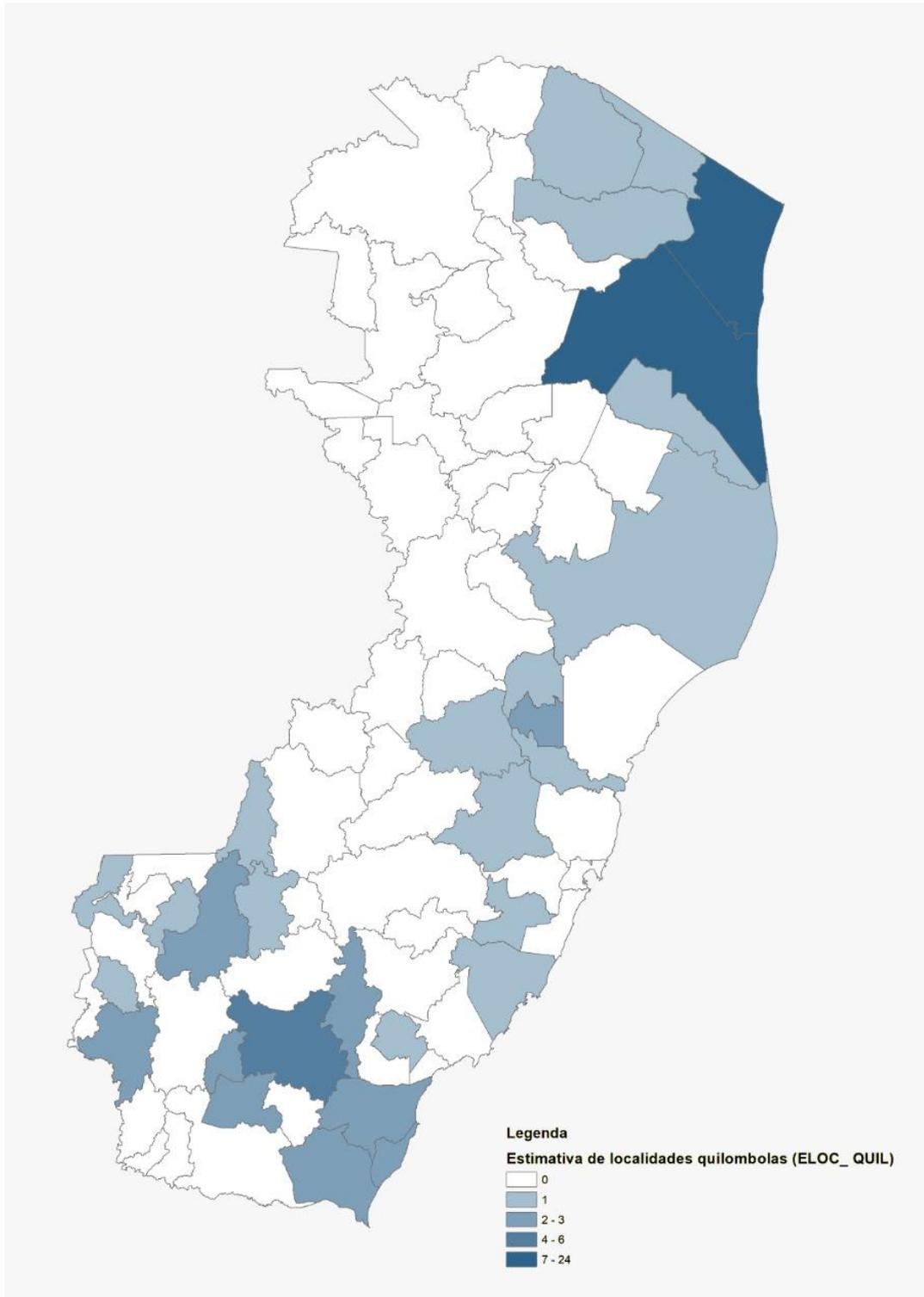
Tabela 9: Estimativa de Localidades Quilombolas no ES

MUNICÍPIO	ELOC_QUIL
Brejetuba	1
Cachoeiro de Itapemirim	6
Conceição da Barra	24
Conceição do Castelo	1
Divino de São Lourenço	1
Fundão	1
Guaçuí	2
Guarapari	1
Ibiraçu	2
Iconha	1

Itapemirim	2
Lúna	1
Jaguaré	1
Jerônimo Monteiro	2
João Neiva	1
Linhares	1
Marataízes	2
Montanha	1
Muniz Freire	3
Muqui	3
Pedro Canário	1
Pinheiros	1
Presidente Kennedy	2
Santa Leopoldina	1
Santa Teresa	1
São Mateus	21
Vargem Alta	2
Viana	1

*Fonte: Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas 2019/IBGE*

Mapa 4: Estimativa de Localidades Quilombolas no ES



Fonte: Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas 2019/IBGE

### 3.1.2. Cadastro de Localidades Quilombolas

O Espírito Santo possui uma estimativa de 87 localidades quilombolas, distribuídas em 28 municípios. Os municípios com maior Estimativa de Localidades Quilombolas (ELOC\_QUIL) são Conceição da Barra e São Mateus, com 24 e 21 localidades, respectivamente (Tabela 9)

A Tabela 10 apresenta o Cadastro de Localidades Quilombolas<sup>22</sup> do Espírito Santo. O estado possui 7 territórios quilombolas oficialmente delimitados, distribuídos em 5 municípios. São Mateus concentra 3 deles, a saber: Serraria e São Cristóvão; São Domingos; e São Jorge. Os outros municípios, todos com apenas 1 território quilombola, são: Cachoeiro de Itapemirim; Conceição da Barra; Ibirapu; e Santa Leopoldina. O Espírito Santo possui ainda 30 agrupamentos quilombolas e 50 localidades quilombolas identificadas por registros administrativos.

**Tabela 10: Cadastro de Localidades Quilombolas no ES**

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	CATEGORIA
Cachoeiro de Itapemirim	MONTE ALEGRE	Território quilombola oficialmente delimitado
Conceição da Barra	LINHARINHO	Território quilombola oficialmente delimitado
Ibirapu	SÃO PEDRO	Território quilombola oficialmente delimitado
Santa Leopoldina	RETIRO	Território quilombola oficialmente delimitado
São Mateus	SERRARIA E SÃO CRISTÓVÃO	Território quilombola oficialmente delimitado
São Mateus	SÃO DOMINGOS	Território quilombola oficialmente delimitado
São Mateus	SÃO JORGE	Território quilombola oficialmente delimitado
Cachoeiro de Itapemirim	COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MONTE ALEGRE	Agrupamento quilombola
Conceição da Barra	COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTANA	Agrupamento quilombola
Conceição da Barra	COMUNIDADE QUILOMBOLA ANGELIM I	Agrupamento quilombola
Conceição da Barra	COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO DOMINGOS	Agrupamento quilombola
Conceição da Barra	COMUNIDADE QUILOMBOLA CÔRREGO DO MACUCO	Agrupamento quilombola
Conceição da Barra	COMUNIDADE QUILOMBOLA ANGELIM III	Agrupamento quilombola
Conceição da Barra	COMUNIDADE QUILOMBOLA LINHARINHO	Agrupamento quilombola
Conceição da Barra	COMUNIDADE QUILOMBOLA MORRO DA ONÇA	Agrupamento quilombola

<sup>22</sup> Não foram disponibilizados dados em *shapefile* para estas informações, o que inviabilizou a elaboração de mapa georreferenciado.

Conceição da Barra	COMUNIDADE QUILOMBOLA RODA D'ÁGUA	Agrupamento quilombola
Conceição da Barra	COMUNIDADE QUILOMBOLA COCHI	Agrupamento quilombola
Conceição da Barra	COMUNIDADE QUILOMBOLA CÔRREGO DO SERTÃO	Agrupamento quilombola
Conceição da Barra	COMUNIDADE QUILOMBOLA PORTO GRANDE	Agrupamento quilombola
Conceição da Barra	COMUNIDADE QUILOMBOLA CÔRREGO DO ALEXANDRE	Agrupamento quilombola
Conceição da Barra	COMUNIDADE QUILOMBOLA ANGELIM II	Agrupamento quilombola
Itapemirim	COMUNIDADE QUILOMBOLA GRAÚNA	Agrupamento quilombola
Jerônimo Monteiro	COMUNIDADE QUILOMBOLA SÍTIO DOS CRIoulos	Agrupamento quilombola
Presidente Kennedy	COMUNIDADE QUILOMBOLA BOA ESPERANÇA	Agrupamento quilombola
São Mateus	COMUNIDADE QUILOMBOLA CACIMBA E SÃO DOMINGOS	Agrupamento quilombola
São Mateus	COMUNIDADE QUILOMBOLA BEIRA RIO	Agrupamento quilombola
São Mateus	COMUNIDADE QUILOMBOLA DILÔ BARBOSA	Agrupamento quilombola
São Mateus	COMUNIDADE QUILOMBOLA CHIADO	Agrupamento quilombola
São Mateus	COMUNIDADE QUILOMBOLA NOVA VISTA I E II	Agrupamento quilombola
São Mateus	COMUNIDADE QUILOMBOLA DIVINO ESPÍRITO SANTO	Agrupamento quilombola
São Mateus	COMUNIDADE QUILOMBOLA CÔRREGO DO TAPA	Agrupamento quilombola
São Mateus	COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO JORGE	Agrupamento quilombola
São Mateus	COMUNIDADE QUILOMBOLA PALMITINHO	Agrupamento quilombola
São Mateus	COMUNIDADE QUILOMBOLA SERRARIA E SÃO CRISTÓVÃO	Agrupamento quilombola
São Mateus	COMUNIDADE QUILOMBOLA CÔRREGO SECO	Agrupamento quilombola
São Mateus	COMUNIDADE QUILOMBOLA MATA SEDE	Agrupamento quilombola
Vargem Alta	COMUNIDADE QUILOMBOLA PEDRA BRANCA	Agrupamento quilombola
Brejetuba	CORREGO DO SAPATO	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Cachoeiro de Itapemirim	MONTE ALEGRE	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Cachoeiro de Itapemirim	PEDRA BRANCA	Localidade quilombola identificada por registros administrativos

Cachoeiro de Itapemirim	SITIO DOS CRIoulos	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Cachoeiro de Itapemirim	BARRO BRANCO	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Conceição da Barra	ANGELIM III	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Conceição da Barra	ANGELIM II	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Conceição da Barra	COCHI	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Conceição da Barra	DONA GUILHERMINA	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Conceição da Barra	CORREGO SANTA IZABEL	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Conceição da Barra	CORREGO DO ALEXANDRE	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Conceição da Barra	CORREGO DO SERTAO	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Conceição da Barra	MORRO DA ONCA	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Conceição da Barra	LINHARINHO	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Conceição da Barra	ANGELIM DISA	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Conceição do Castelo	CORREGO DO SAPATO	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Divino de São Lourenço	CORREGO AMARELO	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Fundão	SAO PEDRO	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Guaçuí	CORREGO AZUL	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Guaçuí	CORREGO SOSSEGO	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Guarapari	ALTO DO IGUAPE	Localidade quilombola identificada por registros administrativos

Ibiraçu	SAO PEDRO	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Iconha	MONTE BELO	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Itapemirim	GRAUNA	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Lúna	TERRA CORRIDA	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Jaguaré	PALMITINHO	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Jerônimo Monteiro	SERTEO	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
João Neiva	SAO PEDRO	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Linhares	COMUNIDADE DE DEGREGO	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Marataízes	GRAUNA	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Marataízes	BOA ESPERANCA	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Montanha	SANTA LUZIA	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Muniz Freire	MEIA QUARTA	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Muniz Freire	TERRA CORRIDA	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Muniz Freire	CORREGO RICO	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Muqui	ANDES	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Muqui	SITIO DOS CRIoulos	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Muqui	FAZENDA SANTA JOANA	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Pedro Canário	SANTA LUZIA	Localidade quilombola identificada por registros administrativos

Pinheiros	CORREGO DO SERTAO	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Presidente Kennedy	BOA ESPERANCA	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Santa Teresa	SAO PEDRO	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
São Mateus	BEIRA RIO	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
São Mateus	CACIMBA E SAO DOMINGOS	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
São Mateus	CORREGO SECO	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
São Mateus	PALMITINHO	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
São Mateus	ANGELIM III	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
São Mateus	DIVINO ESPIRITO SANTO	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Vargem Alta	PEDRA BRANCA	Localidade quilombola identificada por registros administrativos
Viana	ARACATIBA	Localidade quilombola identificada por registros administrativos

Fonte: Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas 2019/IBGE

### 3.2. Comunidades Quilombolas Certificadas – Fundação Cultural Palmares (FCP)

Segundo o art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Assim descreve a Fundação Cultural Palmares – FCP sobre as comunidades quilombolas:

São, de modo geral, comunidades oriundas daquelas que resistiram à brutalidade do regime escravocrata e se rebelaram frente a quem acreditava serem eles sua propriedade. As comunidades remanescentes de quilombo se adaptaram a viver em regiões por vezes hostis. Porém, mantendo suas tradições culturais, aprenderam a tirar seu sustento dos recursos naturais disponíveis ao mesmo tempo em que se tornaram diretamente responsáveis

por sua preservação, interagindo com outros povos e comunidades tradicionais tanto quanto com a sociedade envolvente. Seus membros são agricultores, seringueiros, pescadores, extrativistas e, dentre outras, desenvolvem atividades de turismo de base comunitária em seus territórios, pelos quais continuam a lutar. (FCP, 2020)<sup>23</sup>

Segundo a Fundação Cultural Palmares – FCP, embora a grande maioria das comunidades quilombolas encontrem-se na zona rural, também existem quilombos em áreas urbanas e periurbanas. Em algumas regiões do país, as comunidades quilombolas, mesmo aquelas já certificadas, são conhecidas e se autodefinem de outras maneiras como terras de preto, terras de santo, comunidade negra rural ou, ainda, pelo nome da própria comunidade (Gorutubanos, Kalunga, Negros do Riacho, etc.).<sup>24</sup>

Pelo Decreto nº 4.887/2003, é reservado à Fundação Cultural Palmares – FCP a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral. Cabe ressaltar que a FCP não certifica essas comunidades a partir de um trabalho de conferência de quem é ou não quilombola, mas sim respeitando o direito à autodefinição preconizado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Portanto, certifica aquelas comunidades que assim se declaram. As informações sobre as comunidades quilombolas certificadas são atualizadas mensalmente e estão disponibilizadas no site da FCP<sup>25</sup>.

Segundo essa base de informações disponibilizada pela Fundação Cultural Palmares – FCP, o estado do Espírito Santo tem 36 comunidades quilombolas certificadas. Os municípios de São Mateus e Conceição da Barra concentram a maior parte delas, com 11 e 9, respectivamente, além de compartilharem mais duas comunidades: São Jorge e São Domingos. (Tabela 11)

**Tabela 11: Comunidades Quilombolas Certificadas no ES**

MUNICÍPIO	COMUNIDADE
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	MONTE ALEGRE
SANTA LEOPOLDINA	RETIRO
PRESIDENTE KENNEDY	BOA ESPERANÇA E CACIMBINHA
CONCEIÇÃO DA BARRA	LINHARINHO (composta pelos povoados: Dona Domingas, Dona Maria, Dona Anália, Dona Oscarina, Morro, Maria do Estado e Mateus de Ernesto)
CONCEIÇÃO DA BARRA   SÃO MATEUS	SÃO JORGE (composta pelos povoados: Morro das Araras, Vala Grande, São Jorge, Córrego do Sapato I, Córrego do Sapato II)
CONCEIÇÃO DA BARRA   SÃO MATEUS	SÃO DOMINGOS
FUNDÃO   IBIRAÇU   SANTA TERESA	SÃO PEDRO
SÃO MATEUS	SERRARIA E SÃO CRISTÓVÃO
CONCEIÇÃO DA BARRA	RODA D'ÁGUA
SÃO MATEUS	NOVA VISTA

<sup>23</sup> Disponível em: [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=52126](http://www.palmares.gov.br/?page_id=52126). Acesso em: 21 de maio de 2020.

<sup>24</sup> Disponível em: [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=52126](http://www.palmares.gov.br/?page_id=52126). Acesso em: 21 de maio de 2020.

<sup>25</sup> Disponível em: [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551). Acesso em: 21 de maio de 2020.

SÃO MATEUS	DILÔ BARBOSA
SÃO MATEUS	CACIMBA
CONCEIÇÃO DA BARRA	COXI
SÃO MATEUS	CHIADO
SÃO MATEUS	CÓRREGO SECO
CONCEIÇÃO DA BARRA	CÓRREGO DO SERTÃO
SÃO MATEUS	MATA SEDE
SÃO MATEUS	BEIRA-RIO ARURAL
SÃO MATEUS	SANTANINHA
CONCEIÇÃO DA BARRA	SANTANA
CONCEIÇÃO DA BARRA	CÓRREGO SANTA IZABEL
JAGUARÉ	PALMITO
CONCEIÇÃO DA BARRA	DONA GUILHERMINDA
SÃO MATEUS	SÃO DOMINGOS DE ITAUNINHAS
VARGEM ALTA	PEDRA BRANCA
ITAPEMIRIM	GRAÚNA
GUARAPARI	ALTO DO IGUAPE
CONCEIÇÃO DA BARRA	PORTO GRANDE
CONCEIÇÃO DA BARRA	CÓRREGO DO ALEXANDRE
JERONIMO MONTEIRO	SÍTIO DOS CRIoulos
LINHARES	DEGREDO
MONTANHA	SANTA LÚZIA
CONCEIÇÃO DA BARRA	MORRO DA ONÇA
GUAÇUÍ	CÓRREGO DO SOSSEGO
SÃO MATEUS	DIVINO ESPÍRITO SANTO

Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2020.

#### 4. Considerações Finais

No Espírito Santo a cultura indígena e quilombola estão presentes em diversos aspectos do cotidiano, como nomes, comidas, histórias e tradições. O estado, apesar de pequeno em extensão territorial, possui uma população indígena considerável, de cerca de 9,5 mil pessoas, e um número significativo de localidades indígenas e quilombolas. Infelizmente, como ficou claro na presente Nota Técnica, há uma carência de informações sobre os povos quilombolas, demográficas e territoriais, o que explicita de certa forma a invisibilidade destes povos.

A presença desses povos no território capixaba é um patrimônio que exige um olhar mais aprofundado, com o desenvolvimento de estudos e pesquisas quantitativas e qualitativas, visando acima de tudo sua manutenção e preservação. É importante que os órgãos governamentais se atentem para a carência de informações sobre os povos tradicionais, especialmente sobre quilombolas, que irão integrar pela primeira vez um Censo Demográfico. A produção de bases de dados e informações sobre estes povos precisam ser estendidas e alimentadas, de forma organizada e periódica, por órgãos governamentais de todos os níveis.

A despeito de algumas limitações encontradas, espera-se que as informações aqui analisadas possam subsidiar projetos em curso no IJSN, especialmente o Projeto “Desenvolvimento

Regional Sustentável”, e no governo do Estado em geral. Assim como auxiliar gestores públicos, instituições e organizações diversas da sociedade civil no planejamento, gestão e definição de ações junto aos povos tradicionais.

## Referências Bibliográficas

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). **Certificação Quilombola**: Comunidades Certificadas. Brasília: 2020. Disponível em: [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551). Acesso em: 21 de maio de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os Indígenas e Quilombolas para Enfrentamento à Covid-19**: Base de Dados. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 5 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. **Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os Indígenas e Quilombolas para Enfrentamento à Covid-19**: Leia-me. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 5 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. **Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os Indígenas e Quilombolas para Enfrentamento à Covid-19**: Notas Técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 5 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**: Características Gerais dos Indígenas: Resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/universo-caracteristicas-gerais-dos-indigenas>. Acesso em: 5 de maio de 2020.